



SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+ NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Marcelo Ferreira Guimaraes Junior¹

Debora da Silva Novaes²

Marilia Alves dos Santos³

Resumo

Este estudo apresenta um breve panorama sobre as barreiras enfrentadas por estudantes universitários pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ durante o ingresso no ensino superior e a sua permanência nele. É obtido como finalidade incitar reflexões acerca dos vínculos construídos no espaço acadêmico com esta minoria social, como fortalecer a rede de apoio dos mesmos, se ramificando para o comparativo da rede de ensino pública e privada. Observa-se que esse local tem em sua estrutura o padrão cisheteronormativo e outros elementos que inviabilizam e subalterniza a presença desses indivíduos. As bases de dados utilizados para o levantamento foram Portal de Periódicos CAPES (CAPES), Periódicos de Psicologia (PePsico) e Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil), para seleção dos materiais foram atribuídos os seguintes descritores: “LGBT”; “Psicologia”; “Ensino Superior” e “Coletivos”, no período de 2013 à 2023. Foram selecionados 8 artigos para revisão integrativa da literatura, enquanto filtro de inclusão foi somente estudos em português, de acesso público e que estivesse atrelado a temática. Referente aos desafios enfrentados pelo público ficou em destaque que os espaços acadêmicos ainda funciona sobre uma norma pautada no heterocentrismo e que dificulta o acesso a esses locais e a permanência no mesmo, verificando a necessidade de promover Políticas de Ações Afirmativas, bem como, a criação de coletivos para as interações dos pares e inclusão.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Ensino Superior; Psicologia; Saúde Mental.

Introdução

O espaço acadêmico e estudantil para a vida de um sujeito vai além de um local para se obter conhecimento perante um determinado campo de estudo. Ali se encontram conexões consideradas importantes para um desenvolvimento pleno da psique, assim como a compreensão da totalidade do eu enquanto indivíduo operante dentro da determinada graduação selecionada pelo próprio (Marin; Stecalena, 2018). O autoconhecimento desenvolvido com o auxílio de um coletivo revela-se em uma descarada face à subjetividade. O ingresso ao ensino superior se mostra ainda enquanto uma esperança de ascensão social e econômica, almejando o crescimento e a expansão de tudo aquilo que se compreendia anteriormente como unilateral. Entende-se, assim, a convivência inserida nesse contexto como

¹ Graduando em Psicologia, Uneduvale.

² Graduanda em Psicologia, Uneduvale.

³ Doutoranda em Psicologia, UNESP/Bauru. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP/Bauru. Docente em Psicologia, Uneduvale.

uma importante chave de socialização. No entanto, muitos grupos marginalizados enfrentam diversas barreiras culturais e históricas, dentre elas se expõe aqui as vivências de sujeitos integrados na comunidade LGBTQIAPN+.

Nossas relações são onde constituem a hierarquização de nossos afetos, com destaque para o entendimento singular de nossa sexualidade como forma plena de expressão (Barreto *et al*, 2019). As barreiras constituídas aos integrantes da comunidade aqui em pauta se estendem desde ao seu acesso ao espaço acadêmico como núcleo de exploração deste mecanismo inerentemente regado de cisnormatividade, em que historicamente entende-se como uma vitória recente a inclusão desses indivíduos sem se ocultarem sob um princípio exaltadamente retrógrado de uma sociedade regida pelo patriarcado comandando pela cultura heteronormativa, branca e elitizado.

Mesmo nesses avanços, ainda se enxergam defasagens deste sistema para este grupo. A título de exemplo, temos o caso da PL 3109/23 que prevê a reserva de 5% das vagas nas universidades federais para pessoas trans e travestis (Brasil, 2023), todavia, o projeto está ainda em trâmites no Senado. Tal projeto corre em votação há quase dois anos, expondo as dificuldades na promoção da inserção e permanência do estudante LGBTQIAPN+ no ensino superior. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) reitera o dever e a garantia do acesso à educação, como a criação de Políticas de Ações Afirmativas a Pessoa Trans e Travestis (Brasil, 2024). Para mais, quando direcionamos essa problemática ao setor de ensino privado, o desamparo legal se torna ainda mais evidente e excludente.

Essa perspectiva ou indignação se origina no contato inevitável com todo um contexto social em que se promove o distanciamento de figuras consideradas como fora da norma, um “esquisito”, um “estranho no ninho” não digno de afeto. Assim, colocamos aqui uma reflexão com bases bibliográficas sobre se e como essas engrenagens se transformam em novos mecanismos de subordinação à comunidade LGBTQIAPN+ dentro do ambiente acadêmico, por vezes entendido como um local de difícil acesso a quem não se encaixa no padrão elitizado de um passado não tão distante de nossa história enquanto conjunto social.

Objetivos

Levantar reflexões iniciais sobre como as relações interpessoais de sujeitos identificados fora da norma dominante de gênero e sexualidade são compreendidas dentro de espaços acadêmicos, assim como identificar possíveis fatores discrepantes entre os contextos privados e públicos.

Metodologia

A pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura, para a sondagem dos dados e análise dos mesmos, foram utilizados enquanto buscadores o Portal de Periódicos da CAPES, Periódicos de Psicologia (Pepsico) e Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil). Os descritores utilizados para a seleção dos materiais foram “LGBT”; “ensino superior”; “psicologia” e “coletivos”, seguindo os seguintes critérios de inclusão e exclusão antigos em português, aberto ao público e dentro da temática pesquisada. Foram usados 8 artigos, estando no período de recorte da pesquisa que esteve entre 2013 à 2023, destaca-se a falta de estudos relacionados. .

Resultados

Djamila Ribeiro (2017, p. 67) em seu livro “O que é lugar de fala” disserta sobre “um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade”. Nessa perspectiva, observa-se que há uma naturalização da

opressão aos grupos invisibilizados e que as relações interpessoais surgem enquanto rede de apoio. Considerando isso, os espaços acadêmicos possibilitam a permanência do estudante LGBTQIAPN+, tendo em vista que há uma baixa representatividade enfrentada pelos estudantes fora da dita heteronormatividade, da hierarquia dos privilégios. Em linhas gerais, pontua-se que a democratização do acesso à educação, a promoção de Políticas de Ações afirmativas e a criação de locais de voz e representatividade não somente alimentam o desenvolvimento sócio-crítico como promove o direito à vida, à saúde mental desse indivíduo subalternizado, invisibilizado e violentado.

A falsa libertação divulgada do ambiente universitário, a possibilidade do novo e da quebra dos paradigmas dogmáticos, em que as diversidades se encontram e promovem a inclusão dos pares. Todavia, Nardi *et al* (2013) relata em seu estudo como a violência nesse contexto é tão enraizada que se naturaliza desde ao simples “trote”, que insulta, viola e subalterniza o indivíduo a partir da sua sexualidade. Castro (2021) apresenta uma discussão de relatos de experiência, em uma das narrativa que expõe o caso do estudante de engenharia que sofreu vários episódios de LGBTfobia após se assumir bissexual. Há ainda outros relatos que apontam que foi realizado não somente por outros colegas de curso, mas como também pelos próprios professores das instituições de ensino.

Matos (2022) em sua tese de doutorado analisou a presença de pessoas trans em duas universidades públicas e, ao longo do seu estudo, ficou em evidência a sensação de insegurança. Para mais, como essa perspectiva é reproduzida desde os primeiros anos da educação básica e prossegue ao longo da trajetória de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, logo, instituições de ensino sendo instrumentos de manutenção da LGBTfobia. Pontua-se que as breves ações de alteração desse cenário passam somente ao campo individual e não ao coletivo, o que abre o parêntese para as interseccionalidades que o compõem - classe social, raça, etnia e gênero.

Duarte (2015) em seu estudo aborda o processo de escolarização e projeto de vida dos integrantes da comunidade LGBTQIAPN+. Ao longo da narrativa percebe-se como difere os desejos e objetivos de vida do público quando comparado às vivências héteras e cisgêneras, que o constituir uma carreira e um vínculo familiar, enquanto o indivíduo que foge a normativa heteronormativa busca somente a garantia dos seus direitos humanos, sempre se reafirmando, empoderando e legitimando perante a sociedade que o tenta silenciar. Soares *et al* (2019) expõe como as vivências e relações estabelecidas no ambiente acadêmico podem não somente propiciar benefícios biopsicossociais, mas como maior desempenho e aprendizagem.

Quanto às diferenças no ingresso e permanência de pessoas LGBTQIAPN+ entre as universidades, Scote e Garcia (2020) apresentam em entrevista relatos dos entraves vividos por pessoas trans no Ensino Superior público e privado. Em uma das entrevistas, uma mulher trans relata que teve que recorrer ao juizado para a garantia do uso do seu nome social. Para ela, o uso do nome social possibilitou a sua permanência na instituição de ensino, mas em suas palavras “todas as leis que te garantem esse direito na questão, em âmbito público porque em âmbito privado ninguém te garante, você não consegue” (p. 12-13). Essa fala põe em questionamento como promover a real inclusão dessa população no sistema educacional de nível superior e, especialmente as instituições privadas, as quais não fornecem programas de ingresso e permanência para os públicos marginalizados e diversos da mesma forma que o setor público. Ainda em sua narrativa, ela expõe a falácia do uso do nome social no Enem, ao qual conta o indivíduo tendo que assinar com o seu nome morto.

Prosseguindo os relatos obtidos no estudo de Scote e Garcia (2020), um homem trans pontua as suas dificuldades de permanência no curso devido a questões financeiras, relatando que pensa na protituição enquanto válvula de escape para a permanência no curso, pois a sua bolsa de assistência pode ser cortada sem aviso prévio e motivos válidos. Uma entrevistada,

quando indagada se tinha ou teve contato com outras pessoas trans no contexto universitário, diz que na sua vivência em universidade privada não conseguiu perceber a presença de seus pares, por ser um espaço que inviabiliza a exposição e, quanto mais invisível, mais seguro. Alinhando esse caso, outra participante que faz a graduação em uma instituição privada tem a seguinte fala quando questionada a mesma questão: “Somos minorias, somos 6 pessoas trans dentro de uma faculdade, olha quantas pessoas tem aqui (p. 15), pondo em xeque a inclusão e diversidade dentro dos espaços acadêmicos.

Pontua-se os coletivos de estudantes e grupos de estudos enquanto rede de apoio e representatividade para a permanência nesses espaços. Duarte (2015) expõe a vivência de uma mulher trans que encontrou no Coletivo Orquídea a possibilidade de assumir o seu verdadeiro eu, visto que antes de isso ainda performava de acordo com os padrões sociais impostos à pessoa que tenha o pênis como genitália. Nessa perspectiva, Castro (2021) dialoga com Duarte (2015) como a vinculação com os pares e a produção de pesquisas é a vazão da voz desse público e apresenta para outros que não o acessaram que pode, sim, estar e ocupar o espaço acadêmico.

Conclusões

Refletindo perante o levantamento dos dados apresentados e discutidos ao longo do estudo, evidencia-se que o acesso ao ensino superior para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ é ainda mínimo, com pouca ou quase nenhuma política que assegure a garantia ao direito básico da educação. A população desta minoria ainda se encontra afetada e atacada por ditados retrógrados, costumes antiquados dentro de uma sistematização onde se encontram nivelados ataques, sem serem tão explícitos quanto anteriormente. Essa discrepância se encontra ainda maior dentro de um contexto de uma instituição privada, já que, como averiguado durante a pesquisa, pouco suporte e alicerces é encaminhado plenamente aos sujeitos correspondentes, se encontrando em um ambiente onde não encontram plenamente um acolhimento capaz de lidar com seus dilemas e dores, ainda mais evidenciado quando parte-se a comentar o recorte de indivíduos transsexuais.

Se faz importante uma exaltação, uma declamação mais ampliada para a abertura de coletivos focados aos pertencentes desta comunidade inserida nas vivências curriculares demandadas pelo sistema acadêmico. Estas seriam portas de imenso auxílio á estes sujeitos, afinal encontrariam um espaço do qual poderiam compartilhar suas próprias dores sem mais julgamentos, um espaço de abraço e afeto em meio a todo um espaço que pode lhes fazer sentir invisibilizados, fora de sintonia aos demais. Além do mais, um local seguro a se realizar denúncias quanto a algum desrespeito grave aos integrantes desse mesmo espaço.

Partindo do mesmo assunto, corrobora-se aqui a importância da promoção de Políticas de Ações Afirmativas a estes campos universitários, a fortificação deste direito básico aos integrantes da comunidade em pauta.

Referências

*BRASIL. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2024). Nota técnica sobre sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior. **Brasil: Antra**, 2024.*

*BRASIL. Projeto de Lei n. 3109/2023 (PL). Câmara dos Deputados, pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP -Fdr PSOL-REDE). Apresentado em 15/06/2023. **Brasília, Brasil**, 2023.*

CASTRO, Roney Polato. *Experiências de estudantes LGBTI+ no ensino superior: violências como marcas da cis-heteronormatividade. X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnico-Racial e de Gênero. Campina Grande: Realize editora, 2021.*
3616 p. : il.; v. 1.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. "As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida.". Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA (2015).

MARIN, L, J; STECANELA, N; *Convivência acadêmica e formação humana: dimensões de socialização no Ensino Superior. Educação (Porto Alegre), v. 41, n. 1, p. 93-103, jan.-abr. 2018.*

BARRETO, D. J.; SUNAHARA, A.; SILVA, D. A. P. da; BARBOZA, R. P. *As violências (in) visíveis sofridas pelos homossexuais nas relações universitárias. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, v. 19, n.2, p. 277-289, jul./dez. 2019*

MATOS, Marilia Neri et al. *Cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas da Bahia. Universidade Federal da Bahia - UFBA. 2022.*

NARDI, Henrique Caetano et al. *O "armário" da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. Revista Teoria & Sociedade, v. 21, n. 2, p. 179-200, 2013.*

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala. Feminismos plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017. ISBN: 978-85-9530-073-6.*

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. *Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. Perspectiva, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.*

SOARES, Adriana Benevides et al. *Comportamentos sociais acadêmicos de universitários de instituições públicas e privadas: o impacto nas vivências no ensino superior. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2019.*